

Ofício AGENERSA/CODIR/SS nº 09/2021 de 04/02/2021

De : Abcomex <abcomex@abividro.org.br>

sex, 19 de fev de 2021 16:58

Assunto : Ofício AGENERSA/CODIR/SS nº 09/2021 de 04/02/2021**Para :** presidencia@agenersa.rj.gov.br, SECEX
<secex@agenersa.rj.gov.br> 2 anexos

Prezados Senhores

Referenciando ao Ofício AGENERSA/CODIR/SS nº 09/2021 de 04/02/2021, a ABIVIDRO encaminha em anexo a Apresentação de Razões Finais - Processos de Revisão Quinquenal das Concessionárias CEG e CEG RIO – **E-12/003/124/2017** e **E-12/003/125/2017**.

Pedimos a gentileza de nos confirmar o recebimento, o que antecipadamente agradecemos.

Atenciosamente

**José Carlos
Dallacqua**

55 11 9 8611 5441

Av. Angélica, 2491 – cj.162
01227-200 – São Paulo – SP

55 11 3255 3363

abividro.org.br**Apresentação de Razões Finais ABIVIDRO - CEG e CEG RJ.pdf**285 KB

EXMO. SR. CONSELHEIRO PRESIDENTE DA AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - AGENERSA

Ref.: Apresentação de Razões Finais - Processos de Revisão Quinquenal das Concessionárias CEG e CEG RIO – **E-12/003/124/2017** e **E-12/003/125/2017**.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE VIDRO –

“ABIVIDRO”, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 62.005.954/0001-44, com sede na Avenida Angélica, nº 2491, conjunto 162, Bela Vista, cidade e Estado de São Paulo, CEP 01227-200, em atenção à Publicação na Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro datada de 09/02/2021, onde esta Agência Reguladora assinou o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de Razões Finais dos interessados nos processos de Revisão Quinquenal de Tarifas das Concessionárias CEG e CEG RIO, vem, por seu representante legal, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, apresentar suas **RAZÕES FINAIS**, pelos fatos e fundamentos conforme segue:

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dos pleitos de Revisão das Concessionárias, foram apresentadas diversas manifestações ao longo dos Processos Regulatórios em questão, alguns, por vezes, alteraram os parâmetros para cálculo e reposicionamento da margem. Dessa forma, importante a compreensão de que o estudo de revisão deve, quando da análise pelos órgãos técnicos da AGENERSA, valer-se das Propostas mais atualizadas, apresentadas pelas Concessionárias, o que não restou elucidado pelo Relatório do Grupo de Trabalho.

As alterações propostas pelas Concessionárias saltam os olhos, uma vez que as variações para o mesmo ciclo revisional tornam-se discrepantes, trazendo questionamentos quanto à credibilidade dos parâmetros inicialmente escolhidos pelas Delegatárias dos Serviços Públicos de Gás Canalizado.

Apenas para elucidar o argumento anterior, a Concessionária CEG requereu em sua Proposta Original um reposicionamento de **24,57%**; na Proposta Complementar, **15,10%**; na Carta DIRPIR 121/18 apresentou **16,42%**; e a DIRPIR 144/18, **20,48%**. Já na Proposta Original da CEG RIO, a Concessionária pleiteou um reposicionamento de **34,67%**; na Complementar de **26,68%**; na DRPIR 121/18, **27,28%**; e na DIRPIR 144/18, **38,40%**. Sempre com cenários de incremento tarifário.

Dito isto, passemos, então, a pontuar os parâmetros mais relevantes a serem considerados pelo Conselho Direto da AGENERSA quando da prolação do Voto e fixação dispositiva na Deliberação.

II. DA DEMANDA

Adentrando às premissas de composição da Revisão Quinquenal de Tarifas, aquela que mais chama atenção se refere às projeções de demanda propostas pelas Concessionárias, face ao seu impacto sobre a margem.

Nota-se que tal conduta das Concessionárias é reincidente, uma vez que a Proposta para a 3ª Revisão Tarifária, no tocante à demanda, foi muito aquém do que de fato ocorreu no referido quinquênio. Isso ocorre em razão da relação da demanda com a majoração da tarifa.

Antes mesmo de considerar as questões que atualmente impactam a sociedade como um todo, a premissa considerada pela Distribuidora para o próximo ciclo **é de estagnação do consumo para o segmento industrial**. Ocorre que o mercado todo espera, ainda que paulatinamente, uma retomada da atividade econômica, amparada, inclusive, nas recentes quedas das taxas de juros de mercado.

Assim, entende-se que a expectativa para o **montante da demanda proposta está subestimada** e não se encontra lastreada em fundamentos históricos e técnicos resolutos para sua definição, assim como ocorreu para o ciclo 2013-2017, acarretando receita extra de grande proporção.

Para a 4ª Revisão Tarifária, as Concessionárias mantêm o comportamento da projeção da Revisão anterior. De acordo com o Contrato de Concessão: "A

*Concessionária obriga-se a prestar serviço adequado, **visando sempre expandi-lo, acompanhando o desenvolvimento mundial (...)***". Há dúvidas quanto ao cumprimento do referido dispositivo.

No que concerne, mais especificamente, às expectativas das Concessionárias, à exceção de 2020 (ano de forte recessão econômica causada pela pandemia do coronavírus), o segmento comercial apresenta um ritmo de crescimento semelhante ao apresentado no residencial. Tendo em vista que 2021 é um ano de recuperação, com a reforma dos padrões anteriores.

A premissa considerada pelas Concessionárias, de estagnação do consumo neste segmento, não parece razoável com o crescimento histórico do setor nem com o crescimento estimado pela EPE e tampouco tem-se considerado as projeções para os preços de combustíveis substitutos.

O ganho de importância do setor comercial que, apesar de crescer em um ritmo mais modesto que o observado em histórico recente, espera-se que o citado setor ainda seja um dos principais vetores da economia brasileira para o período projetado.

Já o segmento industrial, apesar da redução da demanda industrial nos anos de recessão, espera-se retomada do crescimento juntamente com o fortalecimento da economia e maior atividade da indústria siderúrgica fluminense.

Conforme estudo realizado pela EPE – Empresa de Pesquisa Energética, entre 2017 e 2027¹, o **setor de gás natural é o que mais ganha importância no consumo final de energia**, devido a fatores como o **incremento da produção de petróleo e gás no país**, assim como a produção de etanol em usinas e destilarias.

O setor industrial cresce com base na retomada da utilização da capacidade instalada, com necessidade de expansão de capacidade – principalmente no segundo quinquênio. Diante de referenciadas informações da EPE, torna-se dramático o padrão escolhido pelo Grupo de Trabalho ao acatar a incorporação da demanda sugerida pela Consultoria UFF.

No total do quinquênio, a projeção da UFF é 7,7% superior à Proposta Complementar da CEG, e 18,6% superior à da CEG Rio.

Importante destacar o trecho constante do, já mencionado, PDE 2027 que faz a seguinte afirmação: *"Há uma redução da importância do setor industrial em 1 p.p. entre 2018 e 2027, excetuando-se o uso para produção de energia elétrica.*

¹ Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2027. Disponível em: <http://antigo.mme.gov.br/documents/36208/461966/02+-+Plano+Decenal+de+Expans%C3%A3o+de+Energia+-+PDE+2027/885bdeb3-7509-a50d-4769-027fb8982b6a?version=1.1>

Entretanto este setor mantém-se como principal consumidor do gás natural, com 52% de participação no mercado em 2027". (Grifo nosso)

Ademais, não há o que se falar em separação dos componentes a fim de calcular a demanda termelétrica da não termelétrica, uma vez que a adoção desse mecanismo importaria em separação total de apuração por segmento, o que viola os princípios contidos na atividade delegada.

Por todo exposto, a ABIVIDRO entende que a expectativa de montante da demanda proposta pelas Concessionárias está subestimada e não se encontra lastreada em fundamentos históricos e técnicos resolutos para sua escolha.

Necessário seria, com base nos estudos apresentados, a utilização dos montantes reais, para fins de projeção, já que consolidados no final de cada exercício.

Ademais, em razão do transcurso e demora na resolução do presente tema, o Grupo de Trabalho deveria valer-se dos parâmetros para estimar corretamente os dados com relação à demanda projetada para o ciclo revisional em questão com base nos dados reais ou – ao menos – no estudo da renomada EPE.

III. DO OPEX

Como reza o princípio da eficiência, os custos operacionais devem refletir o objeto das empresas para alcançar a redução de custos e aumento da produtividade.

De plano, observa-se ausência de coerência entre os valores propostos pelas Concessionárias, uma vez que **a projeção de demanda previa um mercado estagnado e pouco otimista, no entanto seus custos operacionais só crescem**. Esse cenário sinaliza que o plano das Concessionárias pode degradar ainda mais sua eficiência ao longo dos próximos 5 anos.

Expondo claramente os números, o valor de OPEX agregado para o próximo quinquênio da CEG Rio, foi projetado pela Consultoria UFF no importe de R\$ 388 milhões, ou seja, 20% inferior ao pleito original da Concessionária. O novo valor de OPEX apresentado na Proposta Complementar da CEG RIO é 7% inferior aos R\$ 455 milhões pleiteados pela Concessionária originalmente.

Destaca-se, ainda, a colocação da Consultoria UFF quando afirma que a mesma rubrica é **32% maior que o OPEX realizado no último quinquênio**, já atualizado pelo IGP-M data-base dezembro de 2016.

Na CEG o OPEX da Proposta Complementar foi surpreendentemente superior aos R\$ 2,7 bilhões originalmente pleiteados pela Concessionária. Nota-se que a Consultoria afirma o percentual de **18% superior quando comparado ao OPEX realizado no último quinquênio**.

Seguindo a lógica da redução dos custos operacionais, o Grupo de Trabalho

opinou pela necessidade de redução dos custos projetados pelas Concessionárias e pela Consultoria UFF, fixando o montante de **R\$ 1.732 bilhão para CEG e R\$ 283,759 milhões para CEG RIO**. Reduzindo, portanto, em torno de 30% e 27%, respectivamente, ao estipulado pela Consultoria.

Importante asseverar que já consta na Demonstração de Resultado da Companhia CEG², os montantes realizados pela Concessionária nos anos de 2018 e 2019³, onde o primeiro dispêndio muito se aproxima da projeção da UFF e o segundo encontra-se aproximadamente **13% menor** do que o estipulado pelas Concessionárias.

Nessa toada, torna-se salutar que os cálculos da presente Revisão já contemplassem o apresentado pelo Grupo de Trabalho, motivo pelo qual a decisão do Conselho Diretor da AGENERSA não poderá se furtar de municiar-se das informações públicas e de responsabilidade da aferição deste Ente Regulador.

Assim sendo, a ABIVIDRO entende que o OPEX projetado deve refletir os dispêndios reais dos exercícios já findados (2018, 2019 e 2020) em razão do atraso na decisão regulatória.

IV. DOS INVESTIMENTOS

O referido tema é de extrema relevância nesse contexto revisional, principalmente em razão dos reiterados desencontros entre os investimentos previstos nas Revisões anteriores e aqueles efetivamente realizados pelas Concessionárias.

Historicamente, as Concessionárias não têm cumprido com as metas propostas nas respectivas Revisões, e como já mencionado pela Consultoria Contratada e, também, pelo Grupo de Trabalho, é possível notar as disparidades entre o que é realizado e o que foi aprovado pela Agência Reguladora.

Diante do cenário, em que os investimentos realizados no quinquênio anterior encontram-se muito abaixo dos previstos naquela 3ª Revisão Tarifária, sugere-se que as Concessionárias possam estar superestimando estes dados em suas projeções, visando a majoração da tarifa.

Comparando os montantes requeridos pelas Concessionárias, aferidos e alterados pela Consultoria e Grupo de Trabalho, tem-se o seguinte quadro que, de forma simplificada, realiza um comparativo elucidativo:

² Demonstração de Resultado de 31/12/2019. Disponível em: [https://www.naturgy.com.br/servlet/ficheros/1297164105024/RDP895_2019_RJO_DFP-CEG\(GDS-final\)_DP\(26.03\(1\)V.pdf](https://www.naturgy.com.br/servlet/ficheros/1297164105024/RDP895_2019_RJO_DFP-CEG(GDS-final)_DP(26.03(1)V.pdf)

³ Identificação de erro material constante no item 26 da Demonstração de Resultado. Onde lê "Provisões" de 2018 R\$ 118.633, leia-se 18.633.

PROPOSTA	CEG (MILHÕES DE R\$)	CEG RIO (MILHÕES DE R\$)
ORIGINAL	1.339,363	275.390
COMPLEMENTAR	833.009	175,390
DIRPIR 121/2018	833.009	275.390
CONSULTORIA UFF	833.009	275.387
GRUPO DE TRABALHO	811.097	162.588

Importante pontuar o Voto exarado por este Ente Regulador no Reajuste de 2018, em que a AGENERSA prudentemente considerou, de forma temporária, que nas tarifas de 2018 fossem consideradas 50% dos investimentos propostos pela Concessionária.

Ao que tudo indica, parece acertada a decisão do Grupo de Trabalho em tentar aproximar os investimentos projetados à realidade, especialmente por utilizar-se das Demonstrações de Resultado publicadas pelas Concessionárias nos anos de 2018 e 2018, diferentemente do tópico anterior.

Ademais, deve-se registrar a conduta reiterada das Concessionárias na tentativa de **inflar rubricas que acarretam majoração de tarifa**. Nessa linha, importante rememorar que a não realização de investimentos programados implica em **penalidades administrativas**, nos termos da Cláusula Dez dos Contratos de Concessão, medida que ora se requer, sem prejuízo da reparação regulatória em proveito dos usuários.

V. DO SALDO DE INVESTIMENTOS NÃO REALIZADOS

No presente tópico, faz-se importante elucidar as problemáticas envolvidas nas Propostas das Concessionárias para a aplicação da metodologia de cálculo do saldo dos investimentos não realizados no 3º Ciclo Tarifário 2008-2012. Insta asseverar que compensar o saldo de investimentos não realizados, compreende na diferença entre os investimentos projetados e os realizados pelas Concessionárias, a serem apurados anualmente pela AGENERSA, conforme contido nos Pareceres 02 e 03/2013 – ASC nos Processos n.º E-12/020.522/2012 e E-12/020.523/2012.

Na mencionada 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas (Processos n.º E-12/020.522/2012 e E-12/020.523/2012), as Deliberações AGENERSA nºs 1.795/2013 e 1.796/2013 fixaram procedimento mais conservador do proposto pela então

Consultoria Deloitte e, há época, acompanhado pelo Grupo de Trabalho, onde os valores de investimentos não realizados seriam compensados no mesmo montante em que os projetados. Ou seja, em que cada real que as Concessionárias deixassem de investir em expansão seria descontado na mesma proporção na fórmula para cálculo do Índice de Reposicionamento Tarifário "m".

Naquela ocasião, restou determinado abertura de Processo Regulatório específico, com a realização de Consulta e Audiência Públicas, para estudo da metodologia de cálculo dos saldos dos investimentos não realizados e sua aplicação no cálculo de m (Processos CEG e CEG RIO - E-12/003.334/14 e E-12/003.335/14: Estudo da Metodologia de Cálculo dos Saldos dos Investimentos Não Realizados e sua Aplicação no Cálculo de m), onde – frisa-se – consta manifestação da Câmara de Política Econômica e Tarifária – CAPET, órgão técnico da AGENERSA, **pela manutenção das fórmulas adotadas na 3ª Revisão Quinquenal (método Deloitte)**.

Segundo as Concessionárias, o método aprovado na 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas considera que o saldo dos investimentos não realizados deve ser trazido a valor presente, sendo o mesmo posteriormente subtraído da depreciação atrelada a esses investimentos não realizados, bem como subtraídos da base final, todos trazidos a valor presente, utilizando a taxa de remuneração previamente estabelecida no quinquênio anterior.

O Grupo de Trabalho apresentou Relatório com fundamento nos dados apontados ano a ano pelos Órgãos Técnicos desta AGENERSA em processos já votados no âmbito Regulatório, utilizando-se do modelo base o proposto pela FGV, sem implicar em aceitação de reconsideração do que já foi decidido.

Importante destacar a manifestação enviada pela Consultoria UFF quando instada a se pronunciar sobre o tema:

"A Economia/UFF recomenda à Agenera não considerar efeitos retroativos do processo de revisão tarifária em ciclos anteriores que já foram analisados em revisões passadas, pelos seguintes motivos:

(...)

*d) Caso todos os efeitos retroativos fossem considerados, a celeridade do **processo de revisão seria comprometida e o impacto das mudanças de metodologia seria amplificado.***

*e) Para justificar uma revisão específica para tratar desses efeitos (extraordinária), a **concessionária deveria comprovar à***

Agenersa que a metodologia adotada para a compensação dos investimentos não realizados por ocasião do terceiro ciclo tarifário teria resultado em um desequilíbrio econômico persistente no contrato.

Por esses motivos, a consultoria UFF recomenda à Agenersa não incorporar o pleito das concessionárias expresso na Petição da Siqueira Castro.” (grifo nosso)

O que pretendeu a Consultoria UFF foi alertar ao Regulador quanto a **necessidade de apuração efetiva de todas as rubricas constantes no fluxo de caixa a fim de compreender o efetivamente recebido pelas Concessionárias para realização do investimento**. Percebam, a Consultoria não apenas entende que não cabe a compensação do já aprovado no âmbito regulatório, como também impõe que a nova metodologia seja concretizada comportando uma **apuração mais aprofundada sobre o que efetivamente receberam as Concessionárias para realização daquele investimento**.

O Grupo de Trabalho não considerou tal recomendação, acatando os parâmetros trazidos pelas Concessionárias, motivo pelo qual solicitamos alteração no entendimento para que a metodologia de cálculo se utilize de todos os parâmetros, análise e verificação do desequilíbrio contratual, ou que se mantenha a, já amplamente debatida, sugestão da Consultoria Deloitte na aprovada 3ª Revisão Quinquenal.

VI. DA TAXA DE REMUNERAÇÃO

Consta dos Contratos de Concessão (Cláusula Sétima, parágrafo 9º) a utilização do CAPM para determinação da Taxa de Remuneração do Capital. Entretanto, não é especificado explicitamente a consideração do capital de terceiros no cálculo da taxa de remuneração, desconsiderando o benefício do endividamento para as Concessionárias.

Dentre as Contribuições recebidas na Consulta Pública, realizada no âmbito da 4ª Revisão Tarifária Quinquenal das Concessionárias CEG e CEG RIO, destaca-se o entendimento de que o WACC poderia ser utilizado pela AGENERSA sem necessidade de adaptação contratual. Recomenda-se, para tanto, estudo específico sobre o tema para que o benefício de endividamento das Concessionárias seja incorporado ao cálculo da taxa de remuneração do capital, compartilhando-o com os consumidores.

A taxa utilizada pelas Concessionárias para remunerar a sua base de ativos representa o custo de oportunidade da empresa, ou seja, corresponde ao retorno mínimo que a Concessionária deveria receber para que seus investimentos tenham sentido econômico. É importante ressaltar que o Contrato de Concessão fluminense é

bastante generoso nesse sentido, quando interpretado para não considerar custo de capital de terceiros (alavancagem) no cálculo, que seria o mais adequado e compatível com as melhores práticas.

Basicamente, durante o processo de Revisão, a Agência busca ajustar os parâmetros da fórmula de modo a definir a Taxa de Remuneração de Capital.

Diante da maturidade alcançada pelo setor elétrico brasileiro, e das características compartilhadas entre os setores, as Revisões Tarifárias da ANEEL são um *benchmark* natural para as Distribuidoras de gás natural do país. O que não ocorreu em sua integralidade.

Realizando comparações com outros processos, verifica-se que a TRC proposta pelas Concessionárias no 4º ciclo é superior aos valores verificados em processos de igual natureza do mercado, seguida pelo valor proposto no 3º ciclo. O fato dos valores propostos pela CEG e CEG Rio se mostrarem superiores aos demais, e a partir das análises realizadas anteriormente, é possível concluir que **as Concessionárias estão se utilizando de parâmetros que sejam mais convenientes, e não aqueles que guardam coerência com critérios transparentes e objetivos.**

No entanto, o Grupo de Trabalho optou por seguir suas fundamentações conforme indicado pela Consultoria UFF, fixando a **taxa em 9,43%**, a qual filiamo-nos – por ora, a despeito de parecer desproporcional e indevidamente elevado – visando não atrasar ainda mais a presente Revisão.

Assim, a ABIVIDRO compartilha do entendimento exarado pelo Grupo de Trabalho e pela Consultoria UFF, compreendendo uma taxa 1,44% inferior àquela Proposta no Relatório Complementar das Concessionárias.

VII. **DOS 3ºs TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO**

Além das considerações já exaradas na presente manifestação, outra importante mácula aos interesses buscados pelas Concessionárias em seus requerimentos administrativos está cunhada nos debates acerca do 3ºs Termos Aditivos aos Contratos de Concessão.

Fixadas na Deliberação 3.288/2017 da AGENERSA, no curso do Processo Regulatório, a fundamentação do Voto traz o entendimento de sua Procuradoria, conforme transcrito abaixo:

*“Tenha-se em mente que as razões esposadas no presente parecer realçam, mais uma vez, **que os investimentos***

listados no 3º Termo Aditivo não foram realizados pela Concessionária CEG RIO, tendo sido remunerada pela tarifa para cumprimento das obrigações listadas, as quais permanecem inadimplidas até o momento presente, atraindo, pois, a imposição de penalidade de natureza grave em coerência com os preceitos do Contrato de Concessão. Não se podendo perde de vista que a Recorrente deixou de realizar durante estes anos vultuosos investimentos aos quais se encontrava obrigada, descumprindo assim o cronograma anual de investimentos projetados para o quinquênio, conforme os termos de deliberação em comento" (Processo E-12/003/121/2017, nos mesmos termos o Processo E-12/003/120/2017; Grifos nossos)

Essa constatação demonstra que **as obrigações estabelecidas no 3º Aditivo não foram sequer cumpridas pelas Concessionárias**. Não obstante, a CEG e a CEG Rio – que não realizaram os investimentos pactuados – pleiteiam o cumprimento unilateral de seus termos, onerando o Poder Concedente e os consumidores, de forma reiterada.

Sobre esse aspecto, é mister pontuar que **eventuais valores atinentes à contraprestação de outorga de serviços não se confundem com a necessidade de ressarcir o consumidor em razão da não realização de investimentos** que já foram anteriormente computados na formação da margem de distribuição. Em outras palavras, não podem os consumidores serem duplamente onerados.

Com efeito, e visando ilustrar a perpetuação das reivindicações, tem-se que o Termo Aditivo firmado em 2005, **estabeleceu obrigações de investimento às Concessionárias que não foram cumpridas na data determinada contratualmente**. Todavia, os montantes relacionados a tais obrigações compuseram a tarifa paga nos anos seguintes pelos usuários de gás canalizado.

Ressalta-se que, de acordo com o Termo Aditivo de 2005, na ausência (ou insuficiência) da realização dos investimentos determinados pela Agência Reguladora, as Concessionárias estariam sujeitas à penalidade de **perda imediata da exclusividade contratual sobre a respectiva área de concessão, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Contrato de Concessão**. O que não foi verificado pela AGENERSA.

Assim, considerando que a obrigação de investimentos por parte das Concessionárias deveria se performar até o final de 2008, na ausência de realização das obras necessárias, as Concessionárias perderiam, naquela data, a respectiva

exclusividade.

Como se não bastasse, aludido inadimplemento por parte das Concessionárias, caso se considere que o 3º Termo Aditivo foi celebrado em bases legítimas, este instrumento, tal qual o Aditivo anterior, foi também desrespeitado pelas Concessionárias, conforme informa a Procuradoria da AGENERSA.

Em outras palavras, há mais de 15 anos, as Concessionárias em questão foram remuneradas por tarifas que contemplaram investimentos não realizados e, até o momento, não devolveram o valor a maior na forma de modicidade tarifária e não sofreram as penalidades adequadas.

É necessário reiterar, nesse sentido, que a não realização de investimentos programados implica também na aplicação de **penalidades administrativas**, nos termos da Cláusula Dez do Contrato de Concessão, medida que ora se requer, sem prejuízo da reparação regulatória em proveito dos usuários.

Pontua-se, por fim, no que se refere especificamente ao 3º Termo Aditivo, que tais temas foram amplamente debatidos nos Processos Regulatórios E-12/003.120/2017, E-12/003.121/2017 e E-12/003.231/2017, respeitado o direito de ampla defesa e contraditório para todas as partes envolvidas e consubstanciado na Deliberação AGENERSA nº 3.167/2017, dentre outras.

Outrossim, destaca-se que as decisões ali proferidas foram fundamentadas, inclusive no Parecer Jurídico emanado pela Procuradoria Geral do Estado, lotado na Secretaria da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro e, atualmente, encontram-se pendentes de cobrança nos Processos Regulatórios E-12/003.001/2018 e E-12/003.002/2018.

Ante o exposto, e considerando as questões aventadas, é importante que a AGENERSA mantenha o posicionamento para compreender que não devem compor o Fluxo de Caixa Revisional nenhum impacto referente aos Terceiros Termos Aditivos, em observância ao determinado nos § 6º e § 7º da Cláusula Sétima dos Contratos de Concessão, conforme intenção do próprio Poder Concedente, quando da elaboração dos Aditivos em questão (Item 2.1.2).

VIII. DA LEI DO GÁS

Para análise do presente tópico, é fundamental compreender que a competitividade do gás natural depende de um desenho de mercado adequado, regulado e economicamente incentivado.

A Lei do Gás, nº 11.909 de 2009, introduziu importantes inovações regulatórias quanto aos tipos de usuários e na distribuição de gás Estadual. Esta Lei

introduziu as figuras do consumidor livre, autoprodutor e auto importador de gás natural.

Outro aspecto, consiste na redução de participação da supridora Petrobras na cadeia de gás natural, que acentuou a necessidade de um novo desenho do mercado de gás natural para **desenvolvimento de um ambiente propício aos investimentos, com competição e múltiplos agentes.**

Muitos desafios para um novo desenho do mercado de gás natural estiveram em discussão no âmbito do programa Gás Para Crescer do MME, que teve foco no estabelecimento de bases para implementação de medidas de estímulo à concorrência, promoção da competição na oferta, harmonização entre as regulações estaduais e federal, regulação do mercado livre e a redução da assimetria de informações, aumentando a transparência e previsibilidade do mercado. Logo, se adequadamente endereçadas, essas questões possuem o potencial de alavancar significativamente o mercado de gás natural nos próximos anos.

No que concerne a correlação do tema com a Revisão Quinquenal de Tarifas, tal ato não se faz oportuno, uma vez que os eventuais desequilíbrios, fruto desse novo mercado, após suas definições tarifárias – tão ansiosamente aguardadas – deverão ser objeto de demanda autônoma, conforme entendimento da Consultoria, do Grupo de Trabalho e da Procuradoria da AGENERSA.

Desse modo, qualquer tentativa, no presente feito, de embutir os impactos do arcabouço regulatório em voga para os agentes livres, se molda como evidente tentativa protelatória para ambos os temas.

No entanto, a metodologia tarifária a ser aplicada aos agentes livres é questão de primeira ordem na Pauta Regulatória, e esta Associação roga por maior celeridade na tramitação do tema.

IX. DO FATOR X

A aplicação de um fator de produtividade mínima esperada, conhecido por Fator X, é crucial na regulação por incentivo.

Ao longo do intervalo regulatório, em que vigora o preço máximo estabelecido na Revisão Tarifária, os ganhos de produtividade oriundos de operação mais eficiente e redução de custos são apropriados pela Concessionária. Para incentivar a **busca por maior eficiência e compartilhar parte dos ganhos esperados com os consumidores, aplica-se um Fator X** que reduz o preço máximo atualizado a cada período dentro do intervalo regulatório. Em outras palavras, recompõe-se a inflação do período e aplica-se um fator redutor correspondente ao ganho de produtividade esperado para o período.

O dimensionamento correto do Fator X não é trivial e pode gerar distorções para as Concessionárias, caso sejam estabelecidas metas não factíveis como aquela reiteradamente proposta pelas Concessionárias. A determinação do Fator X pode envolver a análise dos custos históricos das Concessionárias, é uma tentativa de projetar ganhos esperados de produtividade (método de Produtividade Total dos Fatores); ou, alternativamente, pode envolver projeções de custos e mercado futuros, para projetar possíveis ganhos (método de fluxo de caixa descontado).

A **não utilização do Fator X**, por sua vez, no contexto de regulação por incentivo e preço teto, **reduz as pressões regulatórias por maior eficiência operativa gerando resultados sobre remuneração da Concessão**. Sem o compartilhamento de ganhos por eficiência, a rentabilidade obtida pode exceder a Taxa de Remuneração de capital definida na Revisão, já que os ganhos ao longo do intervalo regulatório por **redução de custos são totalmente apropriados pelas Concessionárias**.

Embora os Contratos das Concessionárias CEG e CEG Rio contemplem o Fator X nos Reajustes Tarifários, conforme disposto na Cláusula 7ª, a sua aplicação ainda não foi posta em prática pela AGENERSA. A Agência determinou, em 2015, através das Deliberações nº 2.726 e n.º 2.727, que a aplicação do Fator X deveria ser incorporada aos Contratos de forma explícita por meio de Aditivos, estabelecendo a sua aplicação como um redutor dos reajustes anuais. Mas até então não prosperou.

Portanto, deve a Agência incluir a metodologia proposta e sua efetiva aplicação visando combater a prática de ações contra os consumidores, bem como garantir os níveis de custo prudentes e ajustados à real necessidade operacional da concessão do serviço.

A Procuradoria da AGENERSA explicita entendimento de que **apenas mediante Aditivo Contratual é possível sua implementação**, afirmando, ainda, que fazê-lo ou não, deve expressar a vontade do Poder Concedente.

Referido entendimento nos parece inadequado, na medida em que o Fator X (i) se insere na lógica de regulação por incentivos, como acima referido, (ii) se coaduna com a legislação aplicável, e (iii) é plenamente recepcionado pelo Contrato de Concessão, razão pela qual deve ser aplicado, ainda que em atuação discricionária da agência reguladora. Nesse sentido, boa parte dos parâmetros revisionais não se encontram expressos pelo Contrato, sendo certo que cabe ao Regulador suprir e exarar normativas que venham a prover as lacunas do instrumento contratual, conforme dispõe a Cláusula Oitava §1º dos Contratos de Concessão no que diz respeito as diretrizes definidas pela AGENERSA.

Por tais motivos, a ABIVIDRO entende pela utilização dos Fator X e sua aplicação imediata.

X. DO FATOR K

Se mostra essencial, ainda, a fixação de um índice que verifique se as metas que são esperadas para ocorrer durante o próximo intervalo regulatório, estão efetivamente ocorrendo.

Como é sabido, nem sempre a diferença entre as metas projetadas e realizadas são compensadas na próxima Revisão Tarifária. No entanto, a AGENERSA faz a apuração anual do seu cumprimento por meio de Processos Regulatórios de fiscalização dos investimentos projetados.

Na literatura e, também, nas boas práticas regulatórias, a tarifa deve ser ajustada a cada ano durante o intervalo regulatório em função das metas de fato realizadas. Este ajuste é conhecido por “Fator K”.

A referida correção ao longo do intervalo regulatório é de suma importância, já que reduz as distorções que podem ocorrer nesse contexto, desonerando o consumidor que está pagando por metas superestimadas.

O Regulador Estadual do Estado de São Paulo (ARSESP) se utiliza do Fator K para **corrigir as distorções decorrentes das projeções da demanda e da estrutura tarifária ao longo do ciclo tarifário**.

Nos Contratos do Rio de Janeiro não está previsto o termo de ajuste K ao longo do ciclo e tampouco as Revisões Tarifárias levam em conta a discrepância entre margem máxima e margem obtida no ciclo tarifário anterior.

Sendo assim, fica evidenciado que as Concessionárias podem se beneficiar ou podem se prejudicar com a evolução da demanda, o que não deve ser permitido por este Regulador, motivo pelo qual pleiteia-se imediata utilização do Fator K, assim como do Fator X, sem a necessidade de abertura de mais um Processo Regulatório, tendo em vista que a matéria já foi amplamente debatida.

XI. DO REDESENHO TARIFÁRIO

No cerne da questão para propor a nova estrutura tarifária, o Grupo de Trabalho se posicionou conforme segue:

*O Contrato de Concessão inclui, entre os direitos e deveres da Concessionária, a **propositura de um novo redesenho da estrutura tarifária**, para análise nos trabalhos de revisão quinquenal. A CEG apresentou uma sugestão, **que não recebeu críticas graves ou reparos pela Consultoria, e que este GT acata**, e a partir de seus dados, combinados com a margem de*

reposicionamento por nós calculada (...)”.

Considerando que o trecho acima encontra-se idêntico nos Relatórios de ambas as Concessionárias, restou evidenciado que o **Grupo de Trabalho acatou na íntegra o Redesenho Tarifário proposto pelas Concessionárias sem nenhuma justificativa plausível.**

As Concessionárias incluíram o Redesenho Tarifário na Proposta Geral Complementar, ou seja, fez constar a nova Proposta com alteração dos valores unitários das margens limite de cada faixa de consumo, que foram reposicionadas **conforme estratégia comercial das Concessionárias, apenas.**

Sem mesmo adentrar as alterações na estrutura tarifária, descritas detalhadamente pelas Concessionárias, de plano, importante asseverar tratar-se de matéria cujas **discussões devam seguir um lastro probatório mais extenso** que deverá contar com Consulta e Audiência Públicas, onde os interessados e toda sociedade civil poderão, amplamente, debater e utilizar-se do direito ao contraditório.

A Procuradoria da AGENERSA, sem ao menos compreender tamanha complexidade do tema, afirmou não “*haver óbice legal desta ação regulatória*”, no entanto, não considerou que a **matéria não foi debatida como faz jus a sua relevância**, uma vez que ao incorporar a nova estrutura proposta pelas Concessionárias, ambos compactuam com um **incremento em torno de 20% de margem.**

Portanto, **deve o tema ser objeto de demanda autônoma**, autuado com o intuito de **contemplar a participação popular e principalmente do Poder Concedente Estadual** – que não se manifestou expressamente quanto à aprovação da nova estrutura tarifária – não podendo tal aprovação servir de objeto de ajuste para melhorar o cenário para as Concessionárias.

Cumpre-nos afirmar que eventual reclassificação de segmentos específicos é guiada não apenas por critério econômico, mas também por interesse comum e estratégico do Poder Público, para fomentar determinados ramos e atividades, motivo pelo qual a Proposta de Redesenho Tarifário das Concessionárias deva ser excluído do presente feito.

Pelas razões acima, a ABIVIDRO roga pela exclusão do Redesenho Tarifário proposto pelas Concessionárias, posto que fere a modicidade tarifária, para tratá-lo de forma autônoma em Processo Regulatório próprio.

XII. DA RETROATIVIDADE TARIFÁRIA

Sobressaltou os olhos que o Grupo de Trabalho não tenha se pronunciado

quanto à necessidade de retroagir a aplicação das tarifas para o 1º ano do quinquênio, o que merece toda atenção do Colegiado julgador.

Apenas para desmembrar o cenário, o Contrato de Concessão prevê que os valores utilizados como base no processo de Revisão Tarifária sejam referentes ao mês de dezembro do 4º ano de cada ciclo, tendo em vista que a Revisão para o ciclo seguinte deve ocorrer durante o 5º ano de cada ciclo. De forma geral, no processo de Revisão, a CEG e a CEG Rio utilizaram como base os valores de Dezembro de 2016, devendo a tarifa vigorar com vigência para Janeiro de 2018.

Entretanto, dado ao atraso do processo, importante que a Agência se utilize dos últimos dados disponíveis, ou seja, valores de 2017, 2018, 2019 e – talvez – até de 2020, a fim de evitar quaisquer distorções a respeito dos valores efetivamente realizados nas projeções das Concessionárias, retroagindo sua aplicação para o ano de vigência.

Baseando-se, ainda, na experiência de atrasos nos processos de Revisão Tarifária para o 3º ciclo, foi aplicada uma parcela de retroatividade de forma a compensar a margem “erroneamente” cobrada durante o ano de 2013. Esperava-se que o Grupo de Trabalho elaborasse seu Relatório atentando para tais compensações.

Limitaram-se, os técnicos da Agência, a dizer que os valores identificados são idênticos aos da UFF. Caberia ao Grupo de Trabalho apresentar os **valores recebidos a maior pelas Distribuidoras referente ao lapso temporal que separa o ciclo revisional** que – diga-se de passagem – encontra-se praticamente findado.

Sendo assim, deve a presente Revisão de Tarifas contemplar a compensação dos valores recebidos a maior pelas Concessionárias em Decisão única, não cabendo mais postergação para fixação da estrutura tarifária para quinquênio em tramitação.

XIII. **DA REPOSICIONAMENTO TARIFÁRIO – m**

Após análise das premissas em seus pontos de atenção, importante compreendermos os cenários propostos no presente processo.

A Concessionária CEG requereu, em sua Proposta Original, um reposicionamento de 24,57%; na Proposta Complementar, 15,10%; na Carta DIRPIR 121/18 apresentou 16,42%; e na DIRPIR 144/18, 20,48%. Já na CEG Rio, a Proposta Original indica a necessidade de reposicionamento de 34,67%; na Complementar de 26,68%; na DRPIR 121/18, 27,28%; e na DIRPIR 144/18, 38,40%.

A Consultoria UFF, contratada para auxiliar externamente a AGENERSA nos

estudos da Revisão, apresentou seus cálculos para o reposicionamento da margem considerando, ou não, os efeitos dos 3^{os} Termos Aditivos aos Contratos de Concessão. Em síntese, das análises da Proposta Original da Concessionária CEG, a Consultoria entendeu **redução de 2,53%** (quando não considerados os efeitos do 3º Termo Aditivo) e **majoração de 1,30%** (quando considerados os efeitos do 3º Termo Aditivo). No que se refere à Concessionária CEG Rio, entendeu **redução de 35,09%** (quando não considerados os efeitos do 3º Termo Aditivo) e **redução de 11,77%** (quando considerados os efeitos do 3º Termo Aditivo).

Posteriormente, a Consultoria foi novamente instada a se manifestar acerca da Proposta Complementar (Cartas CEG PRESI n.º 017/2018 e CEG RIO PRESI n.º 018/2018) apresentada pelas Concessionárias onde, ao aplicarem os parâmetros por eles estudados, concluem pela **redução de 39,96% (para CEG RIO) e 1,31% (para CEG)**, quando não considerados os efeitos do 3º Termo Aditivo, e **redução de 16,81% (para CEG RIO) e 5,23% (para CEG)**, quando considerados os efeitos dos 3^{os} Termos Aditivos.

Dessa forma, o Grupo de Trabalho propôs o reposicionamento da margem contendo **redução de 83,92% (para CEG RIO) e 13,47% (para CEG)**.

Apesar de parecer adequado, no exercício do Grupo de Trabalho pende a necessidade de exclusão do Redesenho Tarifário, bem como pelo cálculo da Retroatividade dos valores recebidos a maior pelas Concessionárias, para fixação da Estrutura Tarifária no ciclo vigente, o que se pugna seja realizado pela Agência.

XIV. **DAS CONCLUSÕES**

Pelas questões acima detalhadas e considerando o longo período de atraso da Revisão em curso, esta ABVIDRO espera pelo célere julgamento do feito, bem como pelas adequações técnicas sugeridas, devendo este Conselho Diretor:

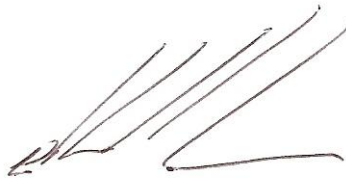
- i)** Considerar o Estudo da EPE na projeção da demanda para o ciclo 2018/2022;
- ii)** A utilização dos últimos dados disponíveis pelas Demonstrações de Resultados das Concessionárias para as projeções do ciclo 2018/2020, referente a composição dos custos operacionais e investimentos realizados;
- iii)** Aplicação de penalidade pecuniária pelo não cumprimento das metas do ciclo anterior (2013 – 2017), com base nas Cláusulas Dez dos Contratos de Concessão;
- iv)** Considerar a metodologia da Deloitte para compensação do saldo de investimento não realizado ou, alternativamente, que seja realizada uma apuração pormenorizada, como sugere a Consultoria da UFF;
- v)** A utilização da Taxa de Remuneração sugerida pela UFF e acatada pelo Grupo de

Trabalho;

- vi)** Pela não inclusão dos impactos do 3º Termo Aditivo no fluxo de caixa das Concessionárias;
- vii)** Determinar que os impactos da Lei do Gás sejam objetos de demanda autônoma, rogando pela celeridade de definições tarifárias;
- viii)** Determinar a inclusão do Fator X como metodologia, já aprovadas nas Deliberações AGENERSA 2.726 e 2.727 de 2015;
- ix)** Determinar a inclusão do Fator K, utilizando-se dos mesmos parâmetros definidos pela ARSESP;
- x)** Que seja excluído da nova Estrutura Tarifária, proposta pelo Grupo de Trabalho, o Redesenho Tarifário para que o tema seja tratado em Processo Regulatório específico, em razão de sua complexidade;

Certos de que as considerações esposadas serão aceitas, renovamos protestos de estima e consideração pelos trabalhos, ora realizados, a ABIVIDRO coloca-se à disposição da Agência para auxiliar no deslinde da Revisão Tarifária.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.



ABIVIDRO

p. Lucien Belmonte